

NEUTRA, NÃO BINÁRIA, NÃO SEXISTA E INCLUSIVA: OS SENTIDOS EM DISPUTA SOBRE GÊNERO NA LÍNGUA(GEM) BRASILEIRA

Jonathan Ribeiro Farias de Moura¹

Este trabalho tem como objetivo analisar os sentidos em disputa que circulam na sociedade brasileira com as denominações: linguagem neutra, linguagem não binária, linguagem não sexista e linguagem inclusiva, além de apresentar interpretações diferentes quando a palavra “linguagem” se associa à palavra “neutra”. De acordo com Moura (2021), a língua(gem) neutra, que promove a inclusão de pessoas que não se identificam nem com o gênero masculino e nem com o feminino, precisa de historicidade para circular na língua de forma horizontal, fazendo com que todos sejam atravessados por ela. A recusa à língua(gem) vem de diversos sujeitos da/na sociedade – uma vez que o machismo e a LGBTfobia se impõem e fazem com que sujeitos, que não se identifiquem com a demanda, ignorem a reivindicação colocando-a como algo menos importante e que corrompe a língua.

A linguagem neutra vem sendo objeto de pesquisa por partes dos cientistas da linguagem; já para os sujeitos defensores do “purismo da língua”, uma corrosão à língua portuguesa; para comunidade LGBTQIAPN+ um instrumento de visibilidade/resistência para sujeitos que não se vêm representados pela língua portuguesa. A luta para construir uma língua(gem) menos sexista – uma vez que no português o gênero masculino se coloca como universalizante – se dá em: ora dizer o feminino das palavras, junto das masculinas (reivindicação do movimento feminista) (Glozman, 2021, 2022); ora colocar a língua(gem) neutra que abarca a todas as pessoas (reivindicação do movimento LGBTQIAP+) (Moura, 2021); ora colocando todos os gêneros e contemplado a todas as pessoas (movimento de sujeitos que são sensíveis ao feminismo e ao movimento LGBTQIAP+, especificamente aos sujeitos não binários/queers).

Há inúmeros projetos de lei de nível municipal, estadual e federal com o intuito de proibir o uso da linguagem neutra (Barbosa Filho, 2022). E este movimento não acontece apenas no Brasil, visto que lugares como E.U.A, Austrália, Portugal e mais recentemente a França são alguns dos lugares que são exemplos de política contra a linguagem neutra.

Linguagem é a forma de expressão de um sujeito, grupo, classe, etc. Pode ser verbal, mas também não verbal. O que coloco neste tópico é uma questão entre língua e linguagem. Ao se colocar linguagem, pressupõe-se que é uma forma de se expressar, no entanto, a discussão e o uso da linguagem neutra provocam reflexões do ponto de vista da língua (aspectos morfológicos e morfossintáticos) e dos sujeitos que são atravessados por essa língua em sociedade. Por isso, pensar as relações entre língua, discurso e gêneros é fundamental nessa reflexão.

¹ Doutor em Linguística pelo programa de Pós-Graduação da UFRJ, professor-pesquisador da FIOCRUZ na EPSJV e pesquisador convidado no Laboratório do Discurso, Imagem e Som do Museu Nacional/UFRJ.

Nos meus trabalhos, tenho adotado o termo língua(gem) justamente porque provoca aquilo que é próprio da língua enquanto sistema autônomo² e com regras, como aquilo que é próprio da linguagem enquanto modo de significar com diferentes materialidades e que é “escolhido” pelo sujeito, vide as expressões como linguagem artificial, linguagem jurídica, linguagem audiovisual entre outros exemplos.

O uso do termo “linguagem neutra” possibilita a leitura que a linguagem é isenta, apolítica, como se estivesse apontando para um “discurso neutro” sem o atravessamento ideológico que todos os sujeitos têm em sociedade. Em contrapartida, a língua portuguesa seria a língua ideológica, dessa forma, reprodutora do machismo e do cis-heteronormativismo que está presente na sociedade.

A língua(gem) neutra é um processo protagonizado por sujeitos LGBTQIAPN+ (Lésbicas, gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis, Queer, Intersexuais, Agêneros/Assexuais, Pansexuais, Não-Binários) como agentes de uma ação que reivindica o uso de elementos morfológicos e morfossintáticos, como por exemplo: elu, delu, aquele (variação com ilu/ile/el também é possível) (Caê, 2020). A ideia do termo “neutra” é atravessada pela memória de línguas que, além do feminino e do masculino, possuem a marcação do neutro geralmente usado para denominar objetos inanimados. Importante ressaltar que nem todos da comunidade LGBTQIAPN+ entendem ou lutam por essa pauta, mas é dentro desse grupo que há o eixo de mobilização de reivindicação do uso.

De acordo com uma matéria do site “Politize” intitulada “Linguagem neutra e linguagem inclusiva: entenda a diferença”³ a diferença entre as denominações (linguagem neutra, inclusiva, não binária e não sexista) é:

SD 1: A linguagem *inclusiva* ou *não sexista* é aquela que busca **comunicar sem excluir ou invisibilizar nenhum grupo e sem alterar o idioma como o conhecemos**. Essa linguagem propõe que as pessoas se expressem de forma que ninguém se sinta excluído utilizando palavras que já existem na língua.

Um exemplo é algo que escutamos bastante hoje em dia de pessoas que começam seus discursos ou apresentações dizendo “Boa noite a todos e todas”. O objetivo aí é abranger tanto homens como mulheres na conversa.

SD 2: A linguagem *neutra* ou *não binária*, embora tenha o mesmo propósito de incluir a todas as pessoas, apresenta propostas para **alterar o idioma e aqui entram por exemplo as novas grafias de palavras** como as que mencionamos no início desse texto: amigxs, tod@s, todes. Os maiores defensores dessas mudanças são ativistas do movimento feminista e LGBTQIA+, que veem na nossa língua uma ferramenta a mais para perpetuar desigualdades.

² Importante inserir que em Análise de Discurso o conceito de língua autônoma não recobre as reflexões desse campo epistemológico uma vez que o conceito de Sujeito está à baila nas elucubrações desta teoria. Ideal seria trabalhar com o que Paul Henry coloca como autonomia relativa da língua, na qual aponta ser o fundamento da relação entre sujeito e desejo, da mesma forma como na relação entre sujeito e ideologia. No entanto, permaneço com o conceito de Ferdinand Saussure no “Curso de Linguística Geral” uma vez que traz a ideia equivocada dos linguistas de isolar o objeto numa tentativa de ignorar o que está exterior à língua, mas significa dentro da língua. Agradeço à amiga Thaís Araújo pela indicação de inserção da diferença.

³ Paralelo a apresentação deste trabalho, saiu um texto de Silva e Baalbaki (2023) que faz uma reflexão aprofundada do mesmo texto chamado “Contradições e divergências em torno da linguagem não binária” na revista Língua e Instrumentos Linguísticos.

De acordo com o Caê (2020), a linguagem inclusiva opera da mesma forma que a linguagem neutra, no entanto, ao invés de flexionar adjetivos, pronomes, entre outros; e dedica-se em alterar ou reformular frases, de modo que os termos utilizados não se refiram a nenhum gênero.

Opera dentro da palavra “Inclusiva” uma outra ideia que é a de ser abrangente. No início das discussões sobre representação de outros gêneros, a linguagem neutra era usada com o -x e o -@. Esse método foi tido como ruim, porque muitas pessoas com deficiência visual e que usam o recurso do leitor para texto, através de *softwares*, com esse tipo de estratégia, ficavam sem compreender. Dessa forma, sentiam-se excluídas. Há também, um outro movimento, que é o de pessoas mais pobres e com baixa escolaridade, cujo acesso à internet e à escola é precário ou quase nenhum, não compreenderem o processo morfológico de não marcar com o feminino e/ou o masculino, proporcionando também uma forma exclusão a esses sujeitos.

Já a linguagem **Não Sexista** primeiro pressupõe que a língua portuguesa é sexista, uma vez que faz uma interpretação que o masculino universalizante é uma forma patriarcal/machista de significar na língua. Segundo, pensando no processo de identificação do sujeito falante, por conta da linguagem não sexista, no processo de filiação do sujeito à Formação Discursiva que é imposta pelo interdiscurso, temos um exemplo de contra-identificação.

[...] sujeito da enunciação “se volta” contra o sujeito universal por meio de uma “tomada de posição” que consiste, desta vez, em uma separação (distanciamento, dúvida, contestação, revolta...) com respeito ao que o “sujeito universal” lhe “dá a pensar”: luta contra a evidência ideológica, sobre o terreno dessa evidência, evidência afetada pela negação, revertida a seu próprio terreno (Pêcheux, 2009, p. 199).

Dessa maneira, os sujeitos que fazem frente a esse movimento veem o sujeito universal como o patriarcado e o machismo na língua.

Por sua vez, a linguagem **Não Binária** promove uma demarcação em relação ao binarismo *feminino X masculino*. Assim, apresenta um uma forma de terceiro gênero criado para dar conta dessa falta que é presente na língua portuguesa. Logo, usa dos recursos como pronomes elu/ilu, delu/dile, o uso de -@ e –x como espécie de morfemas que “mudam” o gênero, além do –e sendo um morfema em contraposição ao morfema feminino –a e o masculino –o⁴.

Assim, essas reflexões, discussões, inserções na língua são formas de trazer, para linguagem, movimentos que estão acontecendo na sociedade. Do ponto de vista do Estado, cabe a proibição?

Como nos ensina Gadet e Pêcheux (2010):

A questão da língua é pois uma questão do Estado, com uma política (...) de anulação de diferenças, que supõe antes de tudo que estas sejam reconhecidas: a alteridade constitui, na sociedade burguesa, um estado de natureza quase biológico, a ser transformado politicamente (Gadet; Pêcheux, 2010, p. 37).

⁴ A ideia de flexão de gênero é colocada apenas para o feminino, fazendo a vogal –o como vogal temática como se vê em Mattoso Câmara na “Estrutura da Língua Portuguesa”.

As denominações são um sintoma da necessidade de completude que os sujeitos LGBTQIAPN+ têm para dar conta de uma historicidade que os tirou de políticas públicas e tirou o direito de serem sujeitos de direito gozando da sua identidade e da sua orientação sexual, uma vez que o Estado não permitia a mudança de nome nos documentos oficiais de sujeitos travestis/transsexuais e da união civil entre pessoas do mesmo gênero; e nessa disputa de nomeações há uma predominância do termo “linguagem neutra”, uma vez que é uma herança dos estudos linguísticos e de outras línguas do mundo que apresentam o gênero neutro.

Há um equívoco desse movimento de achar que a correlação entre pensamento, linguagem e mundo, logo a ideia de uma língua empírica (Pêcheux, 2009), onde encontra-se uma homogeneidade e uma instrumentalização da língua, é exata e racional. Essa ilusão do todo, como coloca Glotman (2021) sobre o movimento feminista, promove visibilidade, mas ilude quando aponta que os sujeitos governam o seu dizer.

“A língua é política” e “O que não se nomeia não existe” são frases cuja reiteração expõe até que ponto certas zonas da trama feminista atual sobre a linguagem estão também habitadas por evidências idealistas, inclusive liberais de longa data (Glotman, 2021, p.132).

A língua, enquanto sistema, precisa de uma historicidade. Pode ser que a resistência do movimento LGBTQIAPN+ rompa com o sistema, mas para significar para todos são anos de percurso da língua(gem) (Moura, 2021). Até lá, é importante que esse grupo resista e tensione, só assim, parece que conseguiremos chegar a outro sistema e mostrar que: “não é em “x” que está a ideologia é no mecanismo (imaginário) de produzir “x”, sendo “x” um objeto simbólico. Isso tudo derivando do fato de que não há sentido se a língua não se inscreve na história” (Orlandi, 1999, p.23). Os sujeitos possuem a ilusão de estarem lutando pela língua, mas na verdade estão lutando pela vida pelo possível e pelo impossível (Orlandi, 2017). E essas disputadas de denominações para as “linguagens” fazem ressoar isso: sujeitos que agem no coletivo – pela língua – para significar e se significar, sejam mulheres, LGBTQIAPN+ e tantos outros que querem ver uma mudança substancial na sociedade.

A língua é uma/um ferramenta/instrumento pensar que ela reflete algo é pensar que os discursos são vazios, que a correlação pensamento/linguagem/mundo é direto e evidente. A resistência que esses grupos sofrem de puristas da língua ou de grupos preconceituosos com a pauta das mulheres e dos sujeitos LGBTQIAPN+ ora são conservadores com as mudanças da língua, ora são pessoas que veem nessa luta uma forma de deslegitimar brigas e pautas históricas dos movimentos. Mas não há outro caminho que o trilhar da História e pavimentar a historicidade, só assim há mudança, mas que não esqueçamos que desigualdade é mais ampla e atravessa outros grupos que não estão abarcados nessa discussão.

REFERÊNCIAS

- AUROUX, S. [1992] **A Revolução Tecnológica da gramatização**. 3. ed. Campinas: Unicamp, 2014.
- BARBOSA FILHO, F. R. Projetos de lei contrários à “Linguagem Neutra” no Brasil. *In*: BARBOSA FILHO, F. R.; OTHERO, G. A. **Linguagem “Neutra”**: Língua e Gênero em Debate. São Paulo: Parábola, 2022.



- CAÊ, G. **Manual para o uso da Linguagem neutra em Língua Portuguesa. 2020.** Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/16BQ59w4ePbUqMAzrFwUiCsz3r9zJw9XL/view>. Acesso em: 02 nov. 2023.
- CÂMARA JR., M. **Estrutura da língua Portuguesa.** 40. ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2007.
- GADET, F.; PÊCHEUX, M. [1981] **A Língua Inatingível: O Discurso na História da Linguística.** 2. ed. Campinas: RG, 2010.
- GLOZMAN, M. La ilusión del todo. Lengua(je), discurso y política de género em perspectiva materialista. **Revista Latinoamericana Del Colegio Internacional de Filosofía**, n. 8, p. 111-138, 2021.
- GLOZMAN, M. Contribuições para intervirma esfera pública. In: BARBOSA FILHO, F. R.; OTHERO, G. A. **Linguagem “Neutra”:** Língua e Gênero em Debate. São Paulo: Parábola, 2022.
- HENRY, P. [1977] **A Ferramenta Imperfeita: Língua, Sujeito e Discurso.** 2. Ed. Campinas: Unicamp, 2010.
- MOURA, J. R. F. **Da Sombra às cores: Análise discursiva do dicionário LGBTs Aurélia.** Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- MOURA, J. R. F. Língua(gem) e Gênero Neutro: uma perspectiva no português brasileiro. **Línguas e Instrumentos linguísticos**, Campinas, v. 24, n. 47, p. 146-163, 2021.
- ORLANDI, E. P. Do sujeito na História e no Simbólico. **Escritos – Contextos Epistemológicos da Análise de Discurso**, n. 4, 1999.
- ORLANDI, E. P. [2002] **Língua e Conhecimento Linguístico: Para uma História das Idéias no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- ORLANDI, E. P. Ser diferente é ser diferente: a quem interessam as minorias? **Linguagem, Sociedade, Políticas**, v. 1, 1 ed., p. 29-38, 2014.
- ORLANDI, E. P. A ordem da língua e a dêixis discursiva (uma crítica ao linguisticamente correto). In: ORLANDI, E. P. **Eu, tu, ele: discurso e real da história.** 2. ed. Campinas: Pontes, 2017. p.203-235.
- ORLANDI, E. P.; SOUZA, T. C. C. In: ORLANDI, E. P. (org.). **Política Linguística na América Latina.** Campinas: Pontes, 1988.
- PÊCHEUX, M. [1975]**Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** 4. ed. Campinas: Unicamp, 2009.
- PÊCHEUX, M. [1983] **O Discurso: Estrutura ou Acontecimento?** 6. ed. Campinas: Pontes, 2012.
- SAUSSURE, F. [1916] **Curso de Linguística Geral.** 20. ed. São Paulo, SP: Cultrix, 1997.
- SILVA, L. F. A.; BAALBAKI, A. C. F. Contradições e divergências em torno da linguagem não binária. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, v. 26, n. 52, p. 23–51, 2023. DOI: 10.20396/lil.v26i52.8666233. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8666233>. Acesso em: 4 jan. 2024.